

# CONTAG: A FALÊNCIA DE UM MODELO DE AÇÃO SINDICAL

ANTONIO THOMAZ JÚNIOR\*

**Resumo:** O presente artigo põe-se a levantar questões sobre o referencial teórico-político e, sobretudo de ação prática do movimento sindical, em especial, daquilo que ficou conhecido como "modelo" CONTAG de ação sindical. Ordenado e construído por dentro da abrangência da CONTAG e enraizado no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), objetiva-se, então, a discutir o processo de espacialização do referido "modelo", ou seja, sua expressão geográfica.

**Palavras-chave:** Ação sindical, união dos trabalhadores rurais, estrutura sindical, CONTAG-modelo de sindicalismo e greve.

## PROGRESS AND FAILURE OF A MODEL FOR A LABOR UNION ACTION: THE *CONTAG* CASE

**ABSTRACT:** Questions related to the theoretic-political reference and, mainly on the trade union practical action as the CONTAG model of trade union action. Arranged and developed within the CONTAG understanding and based on the nuncce trade union the aim is to discuss the spacialization process of this model, ie its geographical expression.

**Key-Words:** Trade union action; union of rural workers; trade union struture, CONTAG "model" of trade union and strike.

Neste ensaio, colocomo-nos diante do desafio de trazer ao debate, algumas reflexões desenvolvidas em trabalho recentemente concluído<sup>1</sup>, sendo que, se voltam, especificamente à dinâmica do "modelo" sindical figurado sob as hostes da CONTAG e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) em especial.

Lado a lado, a tentativa de articular a luta dos assalariados rurais com a luta pela terra, principalmente através do aparato jurídico da Lei do Sítio, era uma das três características básicas do "modelo", entendendo-se que o acesso a terra tornara-se um direito trabalhista como qualquer outro<sup>2</sup>, ao menos em tese. Reunindo-se ao seu entorno outras duas características, tais como: o fato de a estrutura vertical (CONTAG e Federações) continuar a ser o referencial de articulação política do movimento, isto é, a organização da campanha salarial deveria ser feita a partir da CONTAG e das Federações e, por último, sua consecução dar-se-ia respeitando-se os limites da lei de greve 4330/64, objetivando a mobilização sindical nos seus interstícios.

No entendimento da CONTAG, exaltava-se a *unidade* (apenas dos trabalhadores rurais), no setor sucro-alcooleiro e que o movimento sindical sustentasse uma estratégia

\* Professor Assistente Doutor, do Departamento de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Caixa Postal: 957, CEP. 19060-900. Tel. (018) 221-5388. Fax (018) 223-2227. E-mail: thomazjr@stetnet.com.br

<sup>1</sup> "Por Trás dos Canaviais os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)". Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, (data da defesa: 06/05/1996). São Paulo, 1996.

<sup>2</sup> Sobre essa questão, ver: **Sigaud**, "Luta Política e Luta pela Terra no Nordeste", 1983.

comum para enfrentar a classe patronal unida, tendo em conta, principalmente no decorrer dos anos, as dificuldades advindas da heterogeneidade das ações sindicais, como já vimos anteriormente, frente à pluralidade das formas de medição e pagamento, objetivando construir campanhas salariais unificadas.

Isso viria à cena, apenas na campanha salarial de 1986, significando a inclusão dos Estados de Alagoas e Sergipe, até então à margem das mobilizações, *"ainda que a unificação se limitasse, num primeiro momento, ao edital de convocação, às datas das assembleias, à aprovação da pauta e à propaganda comum"*, não sendo alteradas, para tanto, as datas-base<sup>3</sup>. A que mais se destacou, dado a abrangência alcançada, foi a *"campanha salarial dos canavieiros do nordeste de 1992, que reuniu Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte"* (CONTAG/FASE, 1992:12-13)<sup>4</sup>.

Para tanto, era necessário transformar a greve dos canavieiros de Pernambuco num evento regional, escudada por uma pauta de reivindicações comum, o que nem sempre foi possível, apenas sustentando-se o modelo orgânico de encaminhamento das campanhas salariais.

Todavia, o "modelo de greve", por influência da CONTAG será exportado para outros Estados, mas apenas logrou êxito no nordeste. Para os demais, serviu, ao menos, como traço referencial para a "ação" sindical, tendo em vista que o êxito dependia, em primeiro lugar, da proximidade política entre a diretoria das Federações e a diretoria da CONTAG, da tradição de luta do movimento sindical nos Estados, da experiência acumulada, do grau de exploração patronal, da inserção dos trabalhadores na produção de diferentes produtos agrícolas e do "progresso técnico".

Em vista disso, em Alagoas e Sergipe, o "modelo" esbarrou na inoperância das Federações, dado à ausência de tradição de luta dos STR's (ALVES, 1991:14). Com pequenas adaptações no Rio Grande do Norte, será posto em prática em 1982 e 1983, mas animado por movimentos espontâneos dos próprios trabalhadores (PAIXÃO, 1994:289).

Contudo, por esse mesmo condicionante da tradição de lutas, no Estado da Paraíba, no âmbito dos "quadros políticos" preparados pela Igreja católica<sup>5</sup>, o "modelo" não emplacou integralmente e de imediato.

Dado à maior participação e politicamente mais preparados, os trabalhadores da Paraíba não aceitaram a centralização (automática) das instâncias verticais, dificultando o

---

<sup>3</sup> Permaneceu o seguinte calendário: Rio Grande do Norte, (6/10); Pernambuco, (8/10); Paraíba, (15/10); Sergipe, (28/10); Alagoas, (1/11). Mais detalhes, ver: **Novaes**, 1993:202.

<sup>4</sup> Essa publicação nos permite dimensionar o conteúdo e o alcance de todas as cláusulas propostas pelos trabalhadores, através dos STR's, Federações e da própria CONTAG. A rigor, insistindo-se faticamente na inatuação convencional do "modelo", não surtiu os efeitos práticos esperados, fundamentalmente quando da sua consecução, no que diz respeito ao cumprimento das cláusulas acordadas, por parte do capital sucro-alcooleiro.

<sup>5</sup> Na base da resistência ao direcionamento de cúpula do "modelo", via estrutura vertical (CONTAG-Federações), está o fato de que, em primeiro lugar, *"nos anos 70 as lutas dos trabalhadores da zona canavieira paraibana se desenvolveram de maneira distinta da de Pernambuco. A lavoura canavieira, quando se expandiu pelo litoral, com os incentivos do Proálcool, transformou a luta pela terra no principal foco de conflito entre patrões e trabalhadores"*. Por sua vez, *"a rapidez da expansão da lavoura canavieira generalizou os conflitos, a luta de resistência na terra se fez pelos acampamentos em praças públicas, romaria, resistência na terra, ocupações de entidades governamentais"* e não se restringiram à lei do sítio, como em Pernambuco. Em segundo lugar, e, fundamentalmente, a resistência dos trabalhadores canavieiros da Paraíba, valeu-se do fato, de que, *"quase sempre, as lideranças dessas lutas não se originaram do movimento sindical, vinham da Igreja católica, e do trabalho de comunidades; de onde provinha a sua legitimidade de representação"*. É nesse contexto que essas novas lideranças se credenciaram para a organização de chapas de oposição e disputaram os STR's, como intuito de transformá-los em instrumentos de mobilização ("a quente") e organização dos trabalhadores. Tendo pois, se articulado, no final dos anos 70 com os princípios e o conteúdo do "novo sindicalismo" (**Novaes**, 1993:182-183). Mais detalhes sobre essa questão, ver também: **Novaes**, R. R., 1989.

comando político da campanha salarial, não se materializando nos moldes ocorridos em Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Contando com hegemonia no âmbito das forças políticas presentes na “**Comissão Canavieira**”<sup>6</sup>, o que não era prescrito pelo “modelo”, os “novos sindicalistas”, alinhados à CUT, passaram a evidenciar a necessidade de participação das bases e de democracia interna nos sindicatos.

Centrando suas críticas ao “legalismo” e à prática cupulista do “modelo”, tentavam “mostrar que a utilização das brechas da lei e a criatividade para a superação de certos obstáculos estava equacionada para certos assessores e dirigentes, mas não entre os trabalhadores” e não estava contribuindo para o aprimoramento da organização dos trabalhadores. (NOVAES, 1993:194).

Ao desencadear a greve, a CONTAG não tem como substituir o sindicato, fazendo com que, na maioria dos casos, “o conflito de classes dentro do município não fica claro, (...) e o dirigente sindical fica livre para fazer acordos políticos com o patrão e ele jamais vai entrar em contradição com o patrão, porque foi a CONTAG que foi lá fazer greve, ou a Federação. Os trabalhadores também têm dificuldades de enxergar o sindicato como instrumento de luta. Eles enxergam a CONTAG: ela é que foi lá fazer greve” (NOVAES, J. R., 1989:23).

Como consequência disso, apenas em 1984, depois de muito esforço da CONTAG e FETAG-PB deflagrou-se a campanha salarial na Paraíba, nos parâmetros do “modelo”.

As avaliações dos sindicalistas cutistas paraibanos aos poucos passaram a questionar a globalidade do “modelo”, a ponto do conjunto dos trabalhadores perceberem que a classe patronal não respeitava a lei, com a conivência do Estado na omissão à fiscalização e cumprimento dos acordos, bem como na violência desferida contra os trabalhadores.

O fato em questão, era que as conquistas nas campanhas salariais não se refletiam na prática, quando da vigência dos acordos. Havia um certo distanciamento entre as greves e as conquistas “reais”.

O desrespeito e o descumprimento dos acordos e dissídios pela classe patronal, não era previsto pelo “modelo” CONTAG, com lutas e ações apropriadas e específicas, devido a subordinação obstinada às regras da “lei de greve”, que não continha dispositivo para o acompanhamento do cumprimento dos acordos e convenções<sup>7</sup>.

Isto é, nesse momento, as FETAG's e a CONTAG, raramente estiveram presentes, transferindo a responsabilidade para a diretoria dos STR's. Nesse sentido, mais uma vez, os STR's paraibanos, filiados à CUT, inovaram em ações pautadas pelo cumprimento das convenções coletivas.

Outra questão a destacar, diz respeito à tomada do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (STIAA), por militantes cutistas em 1989, lançando-se, em pouco tempo, a encaminhar discussões e greves conjuntas com os trabalhadores rurais, principalmente os cortadores de cana, no que diz respeito, basicamente à luta pelo cumprimento de acordos coletivos. “*A partir de 1992, chegou-se a iniciar conversações em torno da unificação da campanha salarial das categorias*

<sup>6</sup> Esse fórum foi instituído pela FETAG-PB, em meados de 1982, a partir da pressão exercida pelos STR's, no sentido de reorientar as discussões a respeito do “modelo” de greve. Contava com a participação dos dirigentes sindicais, FETAG e assessores de instituições comprometidas com as lutas sindicais e populares. Essa originalidade, contrapunha-se às regras do “modelo Pernambuco”, onde a condução política estava na FETAPE e na CONTAG.

<sup>7</sup> A esse respeito, **Caixe**, observa que: “(...) *you instaura todo um processo para culminar no Dissídio, para determinadas conquistas, e depois não abtém o cumprimento disso. Então você está invalidando, em parte, aquele ato inicial (...)* O problema não é da cobrança, o problema é da instauração do próprio movimento que culminou com o Dissídio para depois entrar na cobrança. *Quer dizer, há toda uma ligação aí que tem que ser percebida*” (1985:40). (grifo nosso).

envolvidas na agroindústria sucro-alcooleira de Pernambuco, unindo na prática as *data-base*<sup>8</sup> (maio para os industriários e outubro para os rurícolas).

Em seminário regional, patrocinado pelo STIAA, em 1993<sup>9</sup>, ponderou-se sobre a diferencialidade da organização e do enquadramento sindical dos trabalhadores na agroindústria sucro-alcooleira no nordeste e no Brasil como um todo<sup>10</sup>.

A começar, como já vimos, pelas peculiaridades organizativas e engajamento histórico nas lutas e ações políticas das diferentes categorias de trabalhadores, tais como: rurais, industriários e os motoristas, que aliás é a única categoria diferenciada, portanto podendo se organizar em sindicato específico.

As semelhanças e, mais ainda, a diferencialidade do movimento sindical do conjunto dos trabalhadores envolvidos diretamente na atividade sucro-alcooleira, conforme podemos notar através do Quadro I.1, retratam o tamanho dos desafios e das dificuldades para se implantar campanhas unificadas.

De toda forma, o “modelo contaguiano de greve”, inspirou nos demais Estados canavieiros do país algumas paralisações e greves. No entanto, predominou o caráter espontâneo dos movimentos, não estando atrelados ao esquema confederativo contaguiano, tendo sido ao seu modo, desencadeadas por iniciativa das bases revoltadas. Podemos destacar Passos (MG), em 1980 e 1985 contra o desemprego; as greves de Goiás em 1984, sob a condução do STR de Santa Helena e FETAEG, contra as 7 ruas; no Rio de Janeiro; Espírito Santo e outros, espalhando-se também, para outros produtos, não se restringindo apenas à cana-de-açúcar.

Entretanto, essa retomada dos trabalhadores agrícolas na arena política e a emergência de movimentos grevistas ao largo do “modelo contaguiano”, teve como

detonador o Movimento de Guariba em 1984, momento em que os assalariados rurais impuzeram-se e realizaram greves e ações “paredistas” à revelia da legislação em vigor (como a lei de greve e *data-base*), exigindo o fim das sete ruas, melhorias salariais e condições dignas de trabalho<sup>11</sup>, pegando de surpresa a maioria dos STR's, bem como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP)<sup>12</sup>,

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida pelo presidente do STIAA, Sr. Moab Pereira Queiroz de Oliveira, por ocasião do II Congresso do DNTR/CUT. Goiânia, março de 1993.

<sup>9</sup> Esse evento, concentrou-se em discutir temas afinados com a amplitude do seu título: “Crise e Reestruturação no Complexo Sucro-Alcooleiro do Nordeste”. O documento produto desse evento deve ser consultado, quando se objetivar conhecer os apontamentos recentes do conjunto dos trabalhadores envolvidos na agroindústria sucro-alcooleira, bem como de todas as entidades envolvidas no seminário e suas equipes de assessores.

<sup>10</sup> Sobre o enquadramento sindical dos trabalhadores da agroindústria sucro-alcooleira no Brasil, o Secretário de Assalariados Rurais do DNTR, Nivaldo Antonio da Silva, ponderou o seguinte: “É importante este seminário para que possamos aprofundar” nossas reflexões sobre “a crise e também a nossa ação. A ação sindical precisa ser revista. Temos que partir para a união, precisamos: 1) fazer a unificação do parque açucareiro” contando com todos os trabalhadores, “não dá para fazer greve só com os canavieiros” (cortadores de cana), “precisamos lutar pela retomada do cumprimento dos acordos, ampliar, inclusive, o leque para as conquistas mais gerais que os trabalhadores têm, como as questões sociais. Nós precisamos colocar para a sociedade que esta modernidade que está aí complicou a vida dos trabalhadores; 2) precisamos reorganizar nossa prática sindical. Hoje, 70% dos canavieiros estão desempregados”; 3) e por fim, temos que avançar com a “questão da organização dos trabalhadores a partir do seu local de moradia”, como também investir nos locais de trabalho. “Esse é outro grande desafio que temos pela frente” (1992:5 e 73).

<sup>11</sup> Sem contar o motivo detonador do caráter explosivo do Movimento, que foi o alto grau de exploração e miséria dos trabalhadores no coração da “Califórnia Brasileira” e a elevação das tarifas de água da Sabesp. Mais detalhes, ver: D’Incao, 1985; Oliveira, A. U., 1984 e Alves, 1991.

<sup>12</sup> Mesmo tendo sido renovada parcialmente em 1983, contando na diretoria com Élio Neves, Antonio Crispim, diretores dos STR's de Araraquara e Cravinhos respectivamente, personagens que - em

inaugurando um novo período para o movimento sindical rural paulista e, ainda, como vimos, interferindo e tensionando as discussões e novas disputas internas às demais entidades sindicais/corporações envolvidas na agroindústria sucro-alcooleira, o que mais tarde lhe rendeu a denominação de “modelo paulista de greve”, em contraposição ao legalismo do “modelo CONTAG” (ALVES, 1991).

Os referenciais do Movimento de Guariba, rapidamente espalharam-se pelo Estado e por todos os canais do centro-sul, atingindo também, outras culturas e enraizando-se imediatamente nos apanhadores de laranja da região de Ribeirão Preto.

No entanto, o movimento de Guariba, notabilizou-se por evidenciar o ritmo e a intensidade da superexploração do trabalho na atividade canavieira da maior área produtora de açúcar e álcool de São Paulo e do país. Doravante, alavancada pelo fato de ser a mais tecnificada, intensifica essa tendência, concentrando as ações empresariais quanto ao redirecionamento da agroindústria sucro-alcooleira potenciada pelo Proálcool e consoante às redefinições do capital no que se refere à questão tecnológica.

Todavia, os questionamentos, também comuns ao restante do país, diferenciaram-se sobretudo quando os trabalhadores põem em questão os limites da ação política do MSTR, tais como a *oficialidade* das ações sindicais vigentes até então, a relação sindicato/Estado, a estrutura e o enquadramento sindical, invocando novas formas de organização e ação sindical, o que, como vimos, consubstanciou-se em São Paulo, numa ruptura que deu origem aos SER's e à FERAESP<sup>13</sup>, substantivados e motivados para a construção de uma nova estrutura, concepção e ação sindical.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F. J. C. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto.** Campinas: IE/UNICAMP, 1991. Tese de Doutorado - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- BOTELHO, M. R e D'INCAO, M.C. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In: SADER, E. (org.). **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.
- CAIXE, W. O processo de instalação do dissídio coletivo e a questão do cumprimento. **Cadernos do CEDI**, Rio de Janeiro, n.14, p.40-3, 1985.
- D'INCAO, M.C. Bóias-frias, desafio para o sindicato rural. **Lua Nova**, São Paulo, v.1, n.4, p.73-8, jan./mar. 1985.
- MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o sindicalismo rural brasileiro: a CONTAG.** Rio de Janeiro: [S.n.], 1985. (mimeogr.).
- NOVAES, J. R. P. **Modernização, relações de trabalho e poder: um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira do nordeste.** Campinas:

---

fins de 1989 seriam fundadores da FERAESP - influenciaram para que a FETAESP tivesse atuação mais direta com os assalariados da cana. Um dos pontos encaminhados por esses dirigentes, direcionou-se para o encaminhamento da campanha salarial, em 1984. *“Enquanto nos anos anteriores a pauta de reivindicações era feita pelo departamento jurídico da Federação e levada para discussão com os dirigentes sindicais, que poderiam ou não debatê-las com seus associados, nesse ano ela é elaborada em encontros de dirigentes sindicais (...)”* (Botelho e D'Incao, 1987:71).

<sup>13</sup> Para mais detalhes sobre a criação e ações dos SER's e da FERAESP, ver: Alves, 1991. E para a sua inserção efetiva nos encaminhamentos e discussões político-organizativas, bem como, as dissensões internas ao movimento sindical e com o enfrentamento com o capital, ver: Thomaz Jr., 1996.

- IFCH/UNICAMP, 1993. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- NOVAES, R. R. Dissolver a neblina. **Teoria & Debate**, São Paulo, n.8, p. 46-9, out./dez. 1989.
- OLIVEIRA, A. U. Aos trabalhadores nem o bagoço, ou a revolta dos canaviais e laranjais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.60, p.153-226, 1984.
- SIGAUD, L. **Os Clandestinos e os Direitos. Estudo sobre Os trabalhadores da Cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)**. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.